

**CAITLIN MULHOLLAND**

*(Organizadora)*

# A LGPD e o novo marco normativo no Brasil



**ARQUIPÉLAGO**  
EDITORIAL

© Caitlin Mulholland, 2020

*Capa*

Brand&Book — Paola Manica e equipe

*Revisão*

Fernanda Lisbôa

Nicole Didio

1173282

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

L657 A LGPD e o novo marco normativo no Brasil / organização Caitlin Mulholland. Porto Alegre: Arquipélago, 2020.  
400 p. ; 16 x 23 cm. — (Série Pautas em Direito, v. 6)  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-5450-036-8  
1. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)].  
2. Proteção de dados — Legislação — Brasil. 3. Direito à privacidade.  
I. Mulholland, Caitlin. II. Série.  
20-63969

CDU: 342.721(81)

---

(Bibliotecária responsável: Leandra Felix da Cruz Candido — CRB 7/6135)

Todos os direitos desta edição reservados a

**ARQUIPÉLAGO EDITORIAL LTDA.**

Rua Hoffmann, 239/201

CEP 90220-170

Porto Alegre — RS

Telefone 51 3012-6975

**www.arquipelago.com.br**

# Sumário

<i>Apresentação</i> .....	7
<i>Prefácio</i> .....	11
As hipóteses de aplicação da LGPD e as definições legais .....	15
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: uma transformação na tutela dos dados pessoais .....	43
As bases legais para o tratamento de dados pessoais .....	65
O legítimo interesse do controlador e o término do tratamento de dados pessoais .....	99
O tratamento de dados pessoais sensíveis .....	121
Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: considerações sobre o artigo 14 da LGPD .....	157
A natureza jurídica da titularidade dos dados pessoais .....	179
Os direitos dos titulares de dados .....	195
O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público .....	217
A responsabilidade do Poder Público no tratamento de dados pessoais: análise dos artigos 31 e 32 da LGPD .....	237
A transferência internacional de dados pessoais .....	265
Os agentes de tratamento de dados pessoais .....	289
A segurança e as boas práticas no tratamento de dados pessoais .....	319

<b>A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados .....</b>	<b>343</b>
<b>A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade .....</b>	<b>371</b>
<b><i>Sobre os autores</i> .....</b>	<b>393</b>